

O desafio da dívida

Falando a uma platéia de exportadores, esta semana, no Rio de Janeiro, o ministro Mailson da Nóbrega fez lúcida e oportuna autocritica de uma política econômica voltada para a produção de sucessivos e amplos superávits comerciais, quando estes ocorrem, como no caso brasileiro, mediante a contração das importações de bens de produção. Já nos referimos antes, aqui, a esta distorção do atual processo brasileiro. Os superávits de nossa balança comercial, que deveriam estar destinados a financiar investimentos internos, acham-se direcionados unicamente para o pagamento dos encargos da dívida externa, comprometendo seriamente nossa capacidade de continuar a produzi-los no futuro.

O problema tem outras implicações, uma das quais, silenciada pelo Ministro até por razões de cortesia com sua audiência, é o fato de que as volumosas exportações estão sendo subsidiadas por fantásticas transferências internas que permitem uma competitividade inconsistente dos nossos produtos no mercado internacional. Estamos muito abaixo do patamar tecnológico dos países que conhecemos competem, porque não temos feito, nem há recursos para fazê-lo, qualquer esforço sério para competir com eles nesse plano. Nossa competitividade é, assim, insegura, sujeita a riscos. O segmento exportador de nossa economia poderá de repente contrair-se, se o País perder a capacidade de subsidiá-lo.

Reducir o volume da dívida externa é, assim, o caminho do nosso reencontro com uma política séria de desenvolvimento. A questão é como fazê-lo. As negociações bilaterais que vimos empreendendo, tal como o querem os credores, já

se provou ineficaz para a obtenção de resultados duradouros. Um indicador seguro de que essa estratégia não funciona é a hipótese, já aparentemente configurada, de vir o México a suspender de novo os pagamentos no final deste ano, desencadeando nova onda de moratórias na América Latina. A solução há de ser buscada, portanto, em foros multilaterais e deve partir da premissa de que a dívida do Terceiro Mundo é impagável e terá de ser reduzida.

O Brasil, país líder do bloco devedor latino-americano, deveria adotar postura mais realista na discussão do problema da dívida, reivindicando em foros internacionais a adesão dos governos dos países desenvolvidos a uma estratégia capaz de reverter essa marcha batida que todos empreendemos em direção ao impasse. Moratórias unilaterais não constituem remédio apropriado. Impõe-se reduzir os pagamentos e não deixar de fazê-los. Mas a situação está de tal modo se deteriorando, em todos os países devedores, que, na ausência de uma solução global, remédios unilaterais, ainda mais graves que as moratórias temporárias, terminarão por se impor.

O agravamento da situação brasileira, que se evidenciará este mês pela manutenção de um patamar inflacionário muito elevado, deveria ensejar esse redirecionamento da discussão. Não adianta ficarmos à procura de desculpas para justificar as crises de inflação que se repetem a cada mês. É preciso enfrentá-la em suas causas estruturais. Uma delas — da qual também deriva o déficit do setor público — é a dívida externa impagável para a qual não buscamos ainda uma saída séria. E hora de fazê-lo antes que seus efeitos internos nos aprisionem.